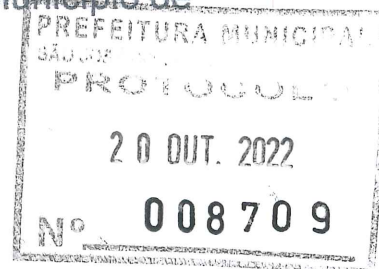


Ilma. Sra. Presidente da Comissão de Licitação do Município de  
São José do Vale do Rio Preto/RJ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA: 01/2022  
Processo: 3032/2022



**ECONSTRUR CONSTRUÇÕES LTDA**, empresa inscrita no CNPJ sob o número: 05.615.339/0001-16 / INSCRIÇÃO ESTADUAL 77542.310, com endereço na Rua Deputado Manoel de Souza Santos, 179, Santa Fé, São José do Vale do Rio Preto/RJ, por seu representante legal, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar, com fulcro no art. 109 "a" da lei 8.666/93

## RECURSO

O presente recurso pretende a reforma de duas decisões adotada pela Comissão de Licitação, sendo a primeira quanto a inabilitação da ora recorrente, e a segunda quanto a impugnação das Licitantes **SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA** e **CMAx EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA**, conforme passa a expor.

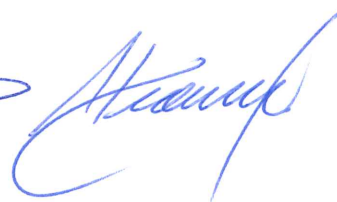
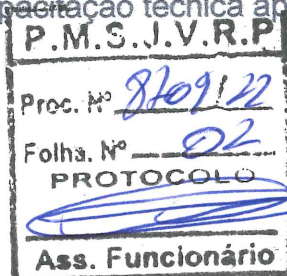
### PRIMEIRO OBJETIVO:

#### QUANTO A INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

A recorrente foi inabilitada na presente sessão, tendo por base o parecer técnico elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, ao argumento:

"A Empresa não atendeu em sua totalidade as premissas do item 4.1.10.3, faltando comprovação de execução sobre o item de relevância solicitado:" Itens referentes à reparos e recuperação de estrutura de concreto pré-moldado", indicando apenas no que diz respeito a "estrutura de concreto pré-moldado". (g.n.)

O sintético parecer técnico entende que a comprovação em estrutura de concreto pré-moldado não guarda similaridade com reparos e recuperação de estrutura de concreto pré-moldado, entendendo que capacitação técnica apresentada não abrange todo item.





Assim, pelo que se pode interpretar do parecer técnico, os signatários daquele parecer entenderam que a comprovação de acervo demonstrada através de experiência em estrutura de concreto pré-moldado não seria suficiente para comprovar a qualificação técnica e capacidade para execução de reparos e recuperação de estrutura em concreto pré-moldado.

A Empresa trouxe a comprovação de sua experiência em execução de **ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO**. O item a que se refere o parecer técnico é “reparos e recuperação” em concreto pré-moldado, restando evidente que a comprovação no acervo é maior do que aquela exigida, que se restringe a simples reforma, portanto, sendo abrangido por aquela exigência.

Não bastasse, importante apreciar o edital no citado item 4.1.1.10.3, quando menciona a ressalva relativa aos itens de maior relevância para execução da obra, trazendo a seguinte Orientação:

**4.1.1.1.10.3:** A licitante deverá comprovar a execução dos serviços de maior relevância, que poderá constar de atestados diversos, desde que o(s) item(ns) a seguir esteja(m) integralmente comprovado(s); **(g.n.)**

Pela leitura do citado item, percebe-se que o edital ressalta que a comprovação exigida está relacionada quanto a **RELEVÂNCIA** do item cuja comprovação de capacitação técnica tenha sido exigida.


Neste sentido cabe trazer brilhante ensinamento da jurista Dra. Camila Cotovicz Ferreira (*Blog Zenite*), que assim leciona:

“Para fins de verificação da qualificação técnica, a Administração poderá exigir dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstrem sua capacidade técnica. Visando preservar a competitividade do certame, todavia, tal exigência somente será válida relativamente às **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Cabe à Administração indicar no edital da licitação, qual é a parcela de maior relevância técnica e valor significativo, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica.

Ocorre que os dois conceitos previstos na Lei nº 8.666/93 para a qualificação técnico-profissional não permitem definição objetiva e absoluta. Pelo contrário, devem ser definidos com base na eleição de parâmetros que restem devidamente motivados no processo administrativo de contratação como sendo adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado.

Diante disso, como identificar as parcelas de maior relevância e valor significativo na prática?

<b>P.M.S.J.V.R.P</b>	
Proc. Nº	87012
Folha. Nº	03
<b>PROTOCOLO</b>	
	
<b>Ass. Funcionário</b>	

A formação desses conceitos deve ser feita em vista da determinação constitucional constante do inc. XXI do art. 37 da Constituição da República,

 2



segundo a qual a Administração somente poderá exigir das licitantes a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato.

Sob esse enfoque, parece válido considerar como “parcela de maior relevância técnica” o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

Por sua vez, a aferição da fórmula “valor significativo do objeto” toma em conta a relação estabelecida entre o valor da parcela eleita para comprovação da experiência em vista do valor total do objeto.

Assim, é possível que um mesmo objeto apresente diversas parcelas de relevância técnica e valor significativo. A própria literalidade da Lei nº 8.666/93 deixa clara essa possibilidade ao fazer menção a “parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação”.

Em suma, restarão caracterizados como sendo parcelas de maior relevância os serviços identificados como sendo de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importe em risco mais elevado para a Administração.”

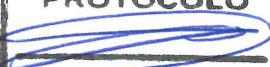
Neste sentido, observando o edital da licitação e planilha dele decorrente, é possível destacar os itens da obra que apresentam os valores mais vultuosos. Ocorre que no caso o item mencionado apresenta apenas 1,97% no valor total da obra, o que demonstra o grau de ínfimo de relevância. Logo, existe patente contradição entre a suposta relevância e o percentual do valor apontado pelo mesmo item.

A corroborar o entendimento, basta apreciar a planilha de orçamento da obra, quando informa dois itens de serviço EMOP, na qual se refere a parcela de relevância citada acima.

A planilha apresentada pelo Município traz os seguintes quantitativos quanto aos itens de suposta maior relevância, que devem ser comparados com a planilha seguinte que demonstra a capacitação técnica demonstrada pela Recorrente nos itens, EXATAMENTE na forma do previsto no § 3º do art. 30 da lei 8.666/93, que assim estabelece:

**Art. 30:** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

**§ 3º:** Será SEMPRE admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou SERVIÇOS SIMILARES DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR. (g.n.)

<b>P.M.S.J.V.R.P</b>
Proc. Nº <u>870912</u>
Folha. Nº <u>09</u>
<b>PROTOCOLO</b>

<b>Ass. Funcionário</b>

 3



## ITENS CONSTANTES DA PLANILHA DO EDITAL

ITEM	COMPOSIÇÃO – SUB-ITEM	QUANTIDADE/UNIDADE
11.090.0535-0	Tratamento de armadura de ferro em estrutura de concreto armado com argamassa cimentícia pré-dosada, polimérica, bicomponente, inibidor de corrosão	<b>1.039,50 m2</b>
01921	mão-de-obra de ajudante de construção civil, inclusive encargos sociais	h
01966	mão-de-obra de pintor, inclusive encargos sociais	h
02385	lixa d'agua nº 100	un
11508	argamassa cimentícia polimérica bicomponente com inibidor de corrosão para armaduras	kg
11.090.0600-0	recuperação de estrutura, cavidades e arestas em concreto armado, com argamassa tixotrópica polimérica de alto desempenho com espessura até 3cm	<b>20,73m3</b>
01968	mão-de-obra de pedreiro, inclusive encargos sociais	h
01999	mão-de-obra de servente da construção civil, inclusive encargos sociais	h
13463	argamassa polimérica tixotrópica para recuperação e reforço de estrutura de concreto	m3

Conforme documentação acostada, a Recorrente possui vasto acervo técnico serviços similares **e superiores** (que exigem maior experiência) ao solicitado em referência para execução da obra, corroborando o que estabelece a Lei 8.666/93, Seção II da habilitação, no art. 30, que assim estabelece:

Em estreito ao que consta na legislação (§3º art. 30 lei 8.666/93), a planilha adiante traz extensa relação dos itens que a empresa possui acervo e experiência em obras e itens semelhantes e de igual ou superior equivalência com os itens exigidos pelo edital:

### ITENS QUE FAZEM PARTE DO ACERVO DA EMPRESA

ITEM	COMPOSIÇÃO – SUB-ITEM	QUANTIDADE/UNIDADE
11.016.0001-0	Estrutura metálica para cobertura de galpão em arco ou em duas ou mais águas, com treliças, terças, tirantes, etc., sobre apoios do mesmo material (inclusive estes), para vãos até 25,00m, considerando as perdas e uma demão de pintura antioxido, exclusive cobertura e acessórios. Fornecimento e montagem	<b>12.010,00kg</b>
00017	aço ca-50, estirado, preço de revendedor, no diâmetro de 10,0mm	kg
00018	aço ca-50, estirado, preço de revendedor, no diâmetro de 12,5mm	kg
00019	aço ca-50, estirado, preço de revendedor, no diâmetro de 16,0mm	kg
00100	chapa de aço carbono/usos gerais, laminada a quente, tamanho padrão, bordas universais, preço de usina, c/ espes. 12,5mm	kg
00131	primer de <b>proteção anticorrosiva</b>	gl
00165	oxigênio, em garrafas de 9,3m3	m3
00171	acetileno em cilindro de 9kg	kg
00247	eletrodo p/solda aço (aws e-7018), ind. p/estrut. rígidas, vasos pressão, const. navais, aços fundações desc. c/ diam.4mm	kg
01935	mão-de-obra de soldador industrial, inclusive encargos sociais	h
01943	mão-de-obra de ajudante de soldador, inclusive encargos sociais	h
01975	mão-de-obra de montador a (montagem de estruturas metálicas), inclusive encargos sociais	h

**P.M.S. J.V.R.P.**

Proc. Nº 810912

Folha. Nº 05

**PROTOCOLO**

**Ass. Funcionário**



06912	mão-de-obra de encarregado de montagem, inclusive encargos sociais	h
13491	perfil de aço astm a-572-nbr7007	kg
13537	retificadora de solda elétrica de 430a, modelo trr 2600, banbozzi ou similar	un

07.050.0050-0	Injeção de calda de cimento, inclusive fornecimento dos materiais	<b>37,80m3</b>
00149	cimento portland cp II 32, em saco de 50kg	KG
01423	bomba injetora manual, incluindo tanque, para calda de cimento, com palheta misturadora	UN
01963	mão-de-obra de sondador b (especialista de menor qualidade), inclusive encargos sociais	H
01999	mão-de-obra de servente da construção civil, inclusive encargos sociais	H
13439	<b>aditivo expensor, defloculante, plastificante e estabilizador para injeções de cimento e argamassas de enchunhamento</b>	KG

Deste modo, comparando as duas planilhas acima elaboradas, fácil perceber que a Recorrente cumpriu rigorosamente o item relativo à sua comprovação técnica no que tange aos itens referentes à **reparos e recuperação** de estrutura de concreto pré-moldado”, tendo em vista seu acervo relativo a experiência em **“estrutura de concreto pré-moldado”, que são SERVIÇOS SIMILARES DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR**, conforme permissivo legal acima invocado. Logo, a inabilitação decretada pela Comissão de Licitação se mostra irregular e deve ser reformada.

### **DA IRREGULARIDADE QUANTO LICITANTE SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA**

Ainda no mesmo item 4.1.110.3 do Edital é possível observar outras duas exigências, também citadas como parcelas de relevância, a saber:

- Itens referentes a execução e/ou reforma de prédios culturais e/ou escolares;
- Itens referentes à execução de instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações sanitárias e instalações de incêndio e SPDA;

Ocorre que o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), não considera atribuição para o engenheiro civil a atividade de relativa à instalação elétrica, sendo esta uma atribuição privativa do ENGENHEIRO ELETRICISTA, conforme consta ressalvas das certidões de acervos técnicos da empresa ECONSTRUR nº 549316/2011, fls. 3/3, e aquela outra de nº 89994/2022, fls. 3/16

Importante ressaltar que o citado item (**execução de instalações elétricas**) constitui parcela de relevância na planilha de custo da obra, posto que os serviços referentes a instalações elétricas **CORRESPONDEM** a 9,88% do valor total da obra, reforçando assim a necessidade do profissional no quadro da empresa.

P. A. S. S. V. R. P.

Proc. Nº 2021/22

Folha. Nº 06

**PROTOCOLO**

Ass. Funcionário



Ainda quanto a este item, cabe destacar que a licitante SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA não possui em seu quadro técnico o profissional habilitado (Engenheiro Eletricista), o que a torna inábil para execução do objeto licitado.

De igual forma, a Licitante SECULLUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA não apresenta o acervo técnico com características ao objeto licitado quanto a CONSTRUÇÃO DE GALPÃO, não havendo qualquer comprovação que tal galpão atende ao objeto licitado.

Portanto, percebe-se assim que aquela licitante não comprovou qualificação técnica para atender a parcela de relevância mencionada, vez que ausente em seu quadro técnico o Engenheiro Eletricista, merecendo assim a inabilitação, o que ora requer.

**DA IRREGULARIDADE QUANTO LICITANTE**  
**CMAx EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA**

A Licitante CMAx EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA incorre em erro semelhante ao licitante anteriormente impugnado. O edital de licitação traz o item 4.1.1.1.10.2 que menciona a necessidade de a empresa comprovar a capacitação técnico operacional.

Ocorre que a empresa CMAx EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA não apresentou SUA capacitação operacional, mas apenas a capacitação do seu técnico, o que evidentemente não atende aos termos do edital em apreço.

Deste modo, serve o presente para impugnar a qualificação da empresa CMAx EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA, por não apresentar a qualificação operacional por não atender o edital, e também não possuir em seu quadro técnico profissional habilitado pelo CREA para instalação elétrica.

Diante do exposto, serve o presente recurso para, nos termos dos art.30 e 109 da lei 8.666/93 para requer:


- 1- A reforma da decisão que inabilitou a recorrente, para considerar habilitada a empresa ECONSTRUR CONSTRUÇÕES LTDA para prosseguimento do certamente na forma do edital e legislação invocada, tendo em vista o atendimento integral aos itens do procedimento.
- 2- Seja acolhido o presente recurso para declarar INABILITADAS as licitantes CMAx EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA e SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA por falta de atendimento ao item do edital licitatório.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

São José do Vale do Rio Preto/RJ, 20 de outubro de 2022.

  
**ECONSTRUR CONSTRUÇÕES LTDA**  
Alessandro Pereira Gonçalves

**05.615.339/0001-16**  
ECONSTRUR CONSTRUÇÕES EIRELI  
Estrada Silveira da Motta Km 14,5  
Parada Morelli – Cep: 25.780-000  
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ

<b>P.M.S.J.V.R.P</b>
Proc. Nº <u>809122</u>
Folha. Nº <u>02</u>
<b>PROTOCOLO</b>

<b>Ass. Funcionário</b>

[illegible]